ISSN: 2358-8829

TRABALHO COLABORATIVO: FORMAÇÃO CONTINUADA COM ESTAGIÁRIOS ATUANTES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PARNAMIRIM-RN

Lucélia dos Santos Bezerra [1]

INTRODUÇÃO

A consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva constitui um dos maiores desafios contemporâneos das políticas educacionais. Tal perspectiva pressupõe não apenas o acesso de todos os estudantes à escola comum, mas também a garantia de permanência, participação e aprendizagem, respeitando as singularidades e necessidades de cada sujeito. Nesse contexto, a formação dos profissionais que atuam diretamente com estudantes público-alvo da Educação Especial torna-se elemento central para a efetivação da inclusão escolar.

Historicamente, o sistema educacional foi estruturado sob bases seletivas e excludentes, privilegiando padrões homogêneos de ensino e aprendizagem. A escola, por sua organização hierárquica e curricular rígida, acabou reproduzindo desigualdades e dificultando a participação de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e outras necessidades educacionais específicas. Assim, a educação inclusiva surge como um movimento de transformação estrutural, pedagógica e cultural das instituições escolares.

Segundo Noronha e Pinto (2011), a educação inclusiva constitui um processo de ampliação da participação de todos os estudantes no ensino regular, exigindo a reestruturação das culturas, políticas e práticas escolares, de modo a responder à diversidade presente no ambiente educacional. Trata-se de uma abordagem humanística e democrática, que reconhece o sujeito em sua singularidade e busca garantir crescimento pessoal, satisfação e inserção social.

Nessa mesma perspectiva, Mantoan (2003) destaca que superar o modelo tradicional de ensino constitui uma necessidade urgente, pois a inclusão implica mudanças no que se ensina e na forma como se ensina, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos estudantes e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

No contexto da Rede Municipal de Ensino de Parnamirim-RN, observa-se a crescente inserção de estagiários atuando como professores de apoio à inclusão. Entretanto, para ingressarem nas escolas, tais graduandos precisam apenas estar

[1] Doutora em ciência da Educação pela Word University Ecumenical (WUE), professora atuante na sala de recursos multifuncionais na rede de ensino do município de Parnamirim- RN, livre pesquisadora - lucelia792@gmail.com

ISSN: 2358-8829

matriculados em cursos superiores conveniados com o município, independentemente da área de formação ou do período cursado. Na prática, muitos desses estagiários iniciam suas atividades sem qualquer formação específica para atuação na Educação Inclusiva, assumindo a responsabilidade de mediar o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência.

Essa realidade evidencia uma lacuna significativa entre a demanda por apoio pedagógico especializado e a preparação dos profissionais que assumem essa função. A ausência de formação inicial e continuada pode gerar insegurança na atuação desses estagiários, dificultando a mediação pedagógica e comprometendo a qualidade do processo inclusivo.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar a atuação dos professores de apoio estagiários da Rede Municipal de Ensino de Parnamirim-RN, evidenciando a necessidade de formação continuada para esses profissionais no contexto da educação inclusiva. A pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica e pesquisa-intervenção colaborativa, com vistas à construção de saberes pedagógicos que fortaleçam a atuação desses mediadores escolares.

Para Mantoan (2006), a mediação pedagógica constitui estratégia essencial para a efetivação da educação inclusiva, pois possibilita a colaboração entre os diferentes agentes educacionais e o atendimento às necessidades específicas dos estudantes. Contudo, para que essa mediação ocorra de forma qualificada, o professor de apoio deve possuir conhecimentos sobre metodologias inclusivas, recursos pedagógicos diferenciados e compreensão das demandas educacionais do público atendido.

Assim, a formação inicial e continuada desses profissionais torna-se condição indispensável para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Como afirma Oliveira (2025), a inclusão não se limita à adaptação de métodos, mas exige mudança de paradigma, sendo a formação docente elemento fundamental para o desenvolvimento de uma escola que valorize a diversidade.

Dessa forma, entende-se como imperiosa a implementação de ações formativas destinadas aos professores de apoio estagiários, com o intuito de fortalecer sua identidade profissional, ampliar sua segurança pedagógica e contribuir para a efetivação da educação inclusiva na rede municipal de ensino.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, fundamentada nos pressupostos da pesquisa-ação colaborativa, articulada à revisão bibliográfica e análise documental. Essa abordagem foi escolhida por permitir a compreensão aprofundada da realidade investigada, bem como a construção coletiva de propostas formativas voltadas à atuação dos professores de apoio estagiários.

Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico com base na metodologia do estado do conhecimento, buscando identificar produções acadêmicas relacionadas à formação de professores de apoio, mediação escolar e educação inclusiva. Esse tipo de

ISSN: 2358-8829

pesquisa permite inventariar e analisar criticamente a produção científica existente, contribuindo para a compreensão do objeto de estudo (Medeiros et al., 2023).

Em seguida, foram incorporados elementos da pesquisa-intervenção colaborativa, envolvendo diretamente os participantes e a pesquisadora na construção de estratégias formativas. Essa perspectiva metodológica possibilita a produção de conhecimento articulada à transformação da prática, favorecendo o desenvolvimento profissional dos sujeitos envolvidos.

A análise dos dados foi realizada com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2001), que compreende um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas de descrição do conteúdo das mensagens, permitindo inferências sobre as condições de produção e recepção dos dados analisados.

Essa metodologia possibilitou a interpretação das falas dos participantes, a identificação de categorias temáticas e a compreensão das necessidades formativas dos professores de apoio estagiários no contexto da educação inclusiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio do direito à educação para todos, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo do processo educacional. Nesse sentido, Mantoan (2003) afirma que uma escola inclusiva deve redefinir seus planos para uma educação voltada à cidadania plena, livre de preconceitos e comprometida com a valorização das diferenças.

No campo legal, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizagem ao longo da vida. Tal legislação reforça a responsabilidade dos sistemas educacionais em garantir condições adequadas de acesso, participação e aprendizagem.

A organização do ensino inclusivo exige a articulação entre planejamento coletivo e planejamento individualizado. Nesse contexto, destacam-se o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que se complementam na construção de práticas pedagógicas inclusivas. O PEI permite a identificação das necessidades específicas do estudante, definindo objetivos, estratégias e recursos individualizados. Já o DUA propõe a flexibilização curricular, garantindo múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, favorecendo o acesso ao currículo para todos os estudantes.

Marin e Braun (2013) ressaltam que individualizar o ensino não significa segregar o aluno, mas possibilitar sua participação efetiva nas atividades coletivas, com as adaptações necessárias. Nesse cenário, o ensino colaborativo surge como estratégia fundamental, caracterizado pela parceria entre professor do ensino comum e professor da Educação Especial, compartilhando responsabilidades pedagógicas e promovendo a aprendizagem de todos os estudantes.

ISSN: 2358-8829

A Resolução nº 4/2009 estabelece que o professor especializado deve articular-se com o professor da sala comum, visando à disponibilização de recursos pedagógicos e estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares.

Além disso, a formação continuada em serviço constitui elemento essencial para o desenvolvimento do trabalho colaborativo, favorecendo a reflexão sobre a prática pedagógica e a construção coletiva de estratégias inclusivas (Martinelli; Vitaliano, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciaram a existência de fragilidades na formação dos professores de apoio estagiários da Rede Municipal de Ensino de Parnamirim-RN. Os participantes relataram insegurança quanto à mediação pedagógica, dificuldades na adaptação de atividades e desconhecimento sobre estratégias inclusivas.

Observou-se que a ausência de formação inicial específica contribui para que esses profissionais sejam compreendidos, muitas vezes, apenas como cuidadores, reduzindo sua atuação pedagógica e limitando sua contribuição para o processo inclusivo.

Embora tenha sido implementada uma formação inicial a partir de 2025, os dados indicam que essa formação ainda se mostra insuficiente para atender às demandas da prática escolar. Os participantes destacaram a necessidade de formação continuada, com abordagem prática e contextualizada.

A pesquisa também revelou que a formação colaborativa contribuiu para o fortalecimento da identidade profissional dos estagiários, ampliando sua compreensão sobre educação inclusiva e mediação pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciam a necessidade de investimento na formação inicial e continuada dos professores de apoio estagiários da Rede Municipal de Ensino de Parnamirim-RN. A atuação desses profissionais é fundamental para a efetivação da educação inclusiva, sendo imprescindível que possuam conhecimentos pedagógicos e estratégias de mediação.

A formação continuada mostrou-se elemento essencial para o fortalecimento da prática pedagógica, promovendo maior segurança na atuação dos estagiários e favorecendo o trabalho colaborativo entre professor regente e professor de apoio.

Dessa forma, conclui-se que a implementação de programas formativos sistemáticos pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade da educação inclusiva, garantindo que o professor de apoio atue como mediador pedagógico e não apenas como cuidador.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. E-Mosaicos, 2019.

MARIN, M. J.; BRAUN, P. Planejamento Educacional Individualizado. São Paulo: Cortez, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MEDEIROS, E. A. et al. As pesquisas do tipo estado da arte em educação. Revista Internacional de Formação de Professores, 2023.

OLIVEIRA, J. B. Formação de professores e planejamento educacional individualizado. 2025.

ROGALSKI, S. Ensino colaborativo e inclusão escolar. Revista Educação Especial, 2010.

VITALIANO, C. R.; MARTINELLI, S. Trabalho colaborativo e educação inclusiva. Revista Educação, 2018.